

Opinião N20

A PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMPLIAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

VINICIUS SANTOS FERNANDES¹

Atualmente, a universidade brasileira tem sido alvo de diversas análises sobre sua importância, orientação e finalidade. Para muitos, a universidade deve conectar-se com a ampla defesa da educação como meio indispensável para uma nação com cidadãos capazes de nortear o desenvolvimento social, com justiça, igualdade, e que seja verdadeiramente emancipatória. Para outros, o ensino superior tem a responsabilidade estratégica em capacitar pessoas que devem atuar na fundamentação, estruturação e consolidação do sistema capitalista.

Entretanto, analisarei aqui uma universidade que abriu suas portas para aqueles que historicamente estiveram fora do ensino superior, não apenas por não responderem aos critérios seletivos, meritocráticos e eliminatórios. Foram também excluídos por uma parcela da sociedade, provida de privilégios e sustentada à custa de sangue e suor daqueles e daquelas que construíram o país com sua força de trabalho escrava, precária e marginal.

Essa transição por que passa a universidade tem como uma de suas principais características a implementação de políticas públicas de ação afirmativa que pretendem transformar essa organização social em um espaço democratizado e de interferência, não apenas para classes dominantes, mas também para o desenvolvimento da maioria de seu povo.

¹ Estudante de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Membro do Fórum Estadual de Educação e do Fórum de Políticas de Ações Afirmativas e Presidente da União Estadual dos Estudantes de Mato Grosso.

Neste sentido, a articulação dos movimentos sociais na luta por uma universidade popularizada é um grande desafio do momento de transição e, para Alexandra da Silva,² “é da sociedade que devem sair as demandas com as quais a universidade precisam se ocupar (...)”. Os movimentos têm de garantir espaço nas instâncias decisórias da universidade; precisam participar das discussões sobre o papel da universidade; apresentar suas demandas no sentido de entender melhor a questão da energia, de soberania energética, do campesinato, e de uma nova agricultura. A universidade deve compreender a realidade, construir conhecimento e ajudar propor saídas. Muitas vezes, fala-se da neutralidade ideológica do conhecimento científico, mas ele serve para uma determinada classe ou interesse. O papel da universidade é pensar a técnica e a ciência para todos

Nos últimos três anos, a partir da Lei nº 12.711, de 29/08/2012, o ingresso nas instituições federais de ensino superior (Ifes) tem garantido a uma parcela da população brasileira a oportunidade de fazer um curso de graduação.

As cotas nas universidades têm garantido reserva de 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e o preenchimento dessas vagas, 50% devem ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. Além disso, estão previstas cotas raciais, segundo o percentual de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas em cada Unidade da Federação.

A Lei de Cotas é uma conquista que surge como forma de corrigir mais de quinhentos anos de retirada de direitos, resultado de muitos anos de lutas do movimento social, em especial o movimento negro brasileiro, pela garantia do direito à educação.

O acesso ainda é um grande desafio para democratização e popularização da universidade. Ele, na verdade, é o primeiro gargalo a ser superado, considerando que, de acordo com a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), o Estado brasileiro deverá elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando qualidade na oferta até 2024.

² Integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens e do Movimento Pró-Universidade.

Permanecer, porém, é o maior desafio para aqueles e aquelas que são egressos de uma rede básica de ensino, com heranças de precariedade e falta de investimento. Nesse sentido, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), de forma mesmo que incipiente, tem fortalecido as políticas de ação afirmativa. Por outro lado, não basta apenas permanecer, é preciso permanecer com qualidade e, portanto, é necessário que a universidade rompa com alguns paradigmas para avançar na democratização; o currículo é um deles.

E, a partir da visão reconceptualista,³ a universidade deve atuar como “(...) um local em que docentes e aprendizes têm a oportunidade de examinar, de forma renovada, aqueles significados da vida cotidiana acostumados a serem vistos como dados naturais. O currículo é visto como experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência”. (Silva, 1999, p.41)

Para Boaventura de Sousa Santos (2010), a universidade pública precisa, primeiramente, sair da defensiva em que se encontra, definir melhor sua própria crise. E necessita fazê-lo com autonomia, questionando os termos neoliberais, sustentando uma definição contra-hegemônica. Segundo o autor, a democratização do acesso à universidade pública passa pela universalização; pelo incentivo à promoção de parcerias ativas, no domínio pedagógico e científico com as escolas públicas; pela concessão de bolsas de manutenção e permanência dos estudantes durante a realização do curso; e pelas políticas afirmativas.

Contudo, para avançar na construção de uma universidade que cumpra funções estratégicas para consolidação de um debate referente ao projeto nacional de desenvolvimento, é necessário que supere não apenas a crise por que passa em função da crise financeira que o país enfrenta; também é necessário que supere a crise de democracia e participação, estreitando a relação com setores da sociedade que historicamente enfileiram as lutas em defesa da educação e de um projeto de nação voltado ao combate das opressões e desigualdades. É preciso que, inclusive, com o conjunto dos

³ Os *reconceptualistas* valiam-se da teoria social de origem europeia, sobretudo a fenomenologia, para empreender a crítica da concepção técnica do currículo, de modo a reafirmar a importância da construção subjetiva dos indivíduos.

movimentos sociais, a universidade desenvolva interlocução dos saberes científicos com a sabedoria popular.

Os fóruns de política de ação afirmativa realizados em diversos estados brasileiros têm-se consolidado como espaço de interlocução e articulação das Ifes com os movimentos sociais. Esses são espaços importantíssimos para o diagnóstico dos problemas e contradições das recentes políticas de cotas, colocando na ordem do dia o desafio para construção de uma universidade que contemple verdadeiramente a diversidade brasileira, formulando estratégias e ações para o fortalecimento e consolidação dessas iniciativas.

Essa articulação da universidade pública com os movimentos sociais é a porta de entrada para o novo momento do ensino superior, de fortalecer a organização social, que tem como responsabilidade contribuir e alavancar o desenvolvimento econômico e social. Uma das perspectivas positivas deste momento é a destinação de 50% do Fundo Social do Pré-sal e de 75% dos *royalties* do petróleo para a educação. Graças à sagacidade do movimento social, em especial do movimento estudantil representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira de Estudantes Secundários (Ubes) e da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), que soube, com muita luta, no momento da disputa dos rumos do pré-sal pelos estados produtores, em 2010, indicar que, para além de território produtor, o petróleo é do povo brasileiro e sua maior contribuição à soberania é o investimento em um setor que prioritariamente deve ser estratégico para qualquer país desenvolvido: a educação.

Por fim, neste momento em que o país prepara-se para implementar e cumprir as metas do PNE é que o movimento social e as Ifes devem unir suas forças na defesa da consolidação de programas de democratização, expansão e qualificação das universidades, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Colocando à mesa do poder público que, apesar da crise, a universidade pública do nosso país não pode parar. É necessário o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para darmos uma guinada na expansão universitária, aos moldes do Reuni, investindo inicialmente 2,5 bilhões de reais em

assistência e estudantil, como apontam o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a UNE, na campanha pela universalização da assistência estudantil. Dando assim a oportunidade para que mais brasileiros e brasileiras das classes populares acessem, permaneçam e tenham condições de sair do ensino superior conscientes de seu papel enquanto profissionais, mas também com responsabilidade para com o desenvolvimento de seu povo.

Paralelo a isso, é importante que, por dentro da estrutura universitária, seus atores sociais (estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos), em articulação com a sociedade civil organizada, disputem os rumos da formação, colocando em xeque o modelo voltado ao atendimento das elites hegemônicas, apontando a necessidade de romper o paradigma de um currículo cartesiano e deslocado da realidade social.

Este é um desafio que a universidade pública não deve enfrentar sozinha, é preciso que unamos forças, muita garra, articulação, participação social para que possamos construir uma universidade verdadeiramente com a cara do povo brasileiro e comprometida com um projeto soberano, emancipatório e de desenvolvimento da nação.

Referências Bibliográficas

BRASIL. <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/>>. Acesso em: 12/10/2015.

MEC. <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12/10/2015.

PETROBRAS. <<http://www.petrobras.com.br//>>. Acesso em: 12/10/2015.

SILVA, T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA, S. B. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez 2005.

UNE. <<http://www.une.org.br/>>. Acesso em: 23/10/2015.